

GERAL ▼ QUESTÃO INDÍGENA

Índios e governo avançam acordo

FLORIANÓPOLIS

Os índios xokleng que estão acampados desde segunda-feira em frente à Assembleia Legislativa conseguiram ontem um acordo com o governo do Estado para iniciar algumas obras na Reserva Indígena Duque de Caxias de Ibirama. Eles se reuniram com o governador Paulo Afonso, com a secretária interina de Justiça e Cidadania, Hebe Nogara e com a Procuradora da República no Estado, Ana Lúcia Hartmann. A procuradora disse que esperava que fossem alcançados resultados mais concretos. O cacique Aniel Pripra gostaria que fosse cumprido todo o protocolo de intenções mas afirmou que ficou "um pouco satisfeito" com o resultado da negociação.

O protocolo de intenções foi assinado em 1992 para compensar os índios dos prejuízos decorrentes da ocupação de parte de suas terras pela Barragem Norte, construída no Rio Itajai do Norte, nos municípios de José Boiteux e Vitor Meireles. Nenhuma das cláusulas do protocolo foi cumprida até hoje. Ontem, os índios receberam a garantia de que serão iniciadas no início da próxima semana as obras de elevação da ponte sobre o Rio Platê. O governo prometeu ainda construir 16 quilômetros de estradas e melhorar outros 12, mas antes será necessária a liberação da Fatma. O Estado também se comprometeu em fazer convênios com as prefeituras da região para a construção das 188 casas reivindicadas pelos índios.

"Mas não falaram em quantas casas vão construir", informa Hartmann. Os índios querem que 50% do total seja feito este ano. Mas devido às casas indígenas serem diferentes do padrão da Cohab (tamanho dos índios 110 metros quadrados e da Cohab 30/40 metros quadrados) será feito levantamento de custo para definição da quantidade de casas. Em reunião a



CARLOS KILIAN/DC/Florianópolis

TENTATIVA DE ACORDO: Secretária Hebe Nogara e cacique Aniel Pripra negociaram. Governo fará obra em ponte e estradas

ser realizada no próximo dia 5, em José Boiteux, a Secretária Hebe Nogara negociará com os índios quantas casas serão construídas.

Atendendo outra reivindicação dos índios, a Celesc inicia na próxima semana o orçamento para a implantação de 57 quilômetros de rede elétrica na região. Na audiência de ontem, ficou estabelecido

também o compromisso de o governo estadual ajudar na articulação para pressionar o Ministério da Justiça visando a liberação de verbas para outras melhorias na reserva de Ibirama.

Os índios xokleng ainda querem o cumprimento das demais cláusulas do protocolo de intenções, como a construção de uma escola, uma igreja e um campo

de futebol, instalação de rede de água e luz na sede da reserva, a remoção e reinstalação das famílias que se encontram separadas da aldeia no outro lado do Rio Hercílio e a implantação permanente do Programa Ibirama, de reconstrução da área indígena. "A barragem só serviu para dividir nosso povo, destruir nossa cultura e nossa vida", resume o cacique Aniel.

Assassinos do pataxó terão julgamento comum

BRASÍLIA

Por oito votos a um, a 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem que o Tribunal do Júri de Brasília é que julgará os quatro rapazes acusados do assassinato do índio pataxó há-hã-hãe Galdino Jesus dos Santos, no dia 20 de abril. Comemorando o fato do caso não ter sido transferido para a Justiça Federal, a promotora Maria Pereira disse que a tramitação do processo será reiniciada imediatamente. Ainda nesta semana começará o interrogatório dos acusados, que poderão ir a julgamento em 60 dias.

A sobriedade do plenário da 3ª Seção foi quebrada com a entrada na seção de julgamento de 40 índios pataxós, xavantes, terenas e pacarurus, que se apresenta-

ram de praia, uma vestimenta feita de palha, cobrindo o corpo, até a cabeça. Pintados de preto (luto) e de vermelho (guerra), eles estavam confusos sobre a importância do caso ser tratado pela Justiça comum estadual ou pela federal. "O que queremos é que se faça justiça", afirmou Puhuy Pataxó, parente de Galdino. "Já vimos muitos casos que estão na federal não darem em nada, mas não sabemos se na comum vai fazer diferença".

Os ministros do STJ derrubaram a tentativa do Ministério Público Federal de levar o caso Galdino para a Justiça federal. Apenas o ministro José Arnaldo da Fonseca considerou que, por ser tutelado pela União, o crime envolvendo um índio deveria ser tratado pela alçada federal. O

relator do processo de conflito de competência, ministro William Patterson, argumentou que a Constituição determina à União proteger os índios apenas em questões envolvendo terra ou etnia. "A Constituição não trata de causas criminais, mas de cíveis".

Antes do julgamento da competência, os ministros praticamente adiantaram suas decisões, ao avaliarem pedido do Ministério Público de revisão da Súmula 104, pela qual compete à Justiça comum estadual processar e julgar casos em que o índio é autor e vítima. Relator, José Arnaldo defendeu a alteração da súmula, mas todos os oito demais ministros mantiveram o texto.

Embora tenha se manifestado contra a súmula, a procuradora do Ministério Público Márcia Dometila Carvalho admitiu

que o caso deveria ser julgado na Justiça comum porque os rapazes não sabiam que haviam ateado fogo a um índio. "Eles acharam que era um mendigo".

GENOCÍDIO - A professora e líder guarani Edna Silva de Souza Machu'y criticou ontem a omissão das autoridades na investigação sobre índios guarani kaiwás, do Mato Grosso do Sul, que foram encontrados mortos em datas diversas. A líder indígena afirma que as vítimas foram assassinadas, e não cometeram suicídio, como apontam os inquéritos sobre as mortes feitos pela Polícia Civil. A denúncia foi feita em palestra na conferência Oretama, a Terra do índio, encerrada ontem no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.